

A CRIANÇA DA RUA: UM REJEITADO DA CIDADE

(Comunicação às jornadas inter e pluridisciplinares sobre A *CIDADE*, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1 a 5 de Junho de

1993)

ESQUEMA:

- 1. ENQUADRAMENTO**
- 2. GRUPOS INFANTO JUVENIS DE ALTO RISCO**
- 3. O "CALDO DE CULTURA" DA CRIANÇA DA RUA**
- 4. A ZONA DE FUGA**
- 5. AS RESPOSTAS TRADICIONAIS**
- 6. OS PROJECTOS ALTERNATIVOS**
- 7. HIPÓTESES DE CONVERGÊNCIA**

POR: HERMANO CARMO

1993

1. ENQUADRAMENTO

A infância é considerada em todas as culturas, como uma fase que deve ser particularmente protegida, quer em virtude da fragilidade da própria criança, quer pelo facto desta ser o garante da sobrevivência futura do grupo.

A convergência à volta da prioridade a dar à protecção social da infância, ficou claramente expressa, na *Declaração Mundial sobre a sobrevivência, a protecção e o desenvolvimento da criança* e num *plano mundial para década de 90*, aprovados no *Encontro Mundial de Cúpula Pela Criança*, realizado sob o patrocínio da ONU, em 30 de Setembro de 1990.

O consenso então verificado entre os 71 Presidentes e Primeiros Ministros presentes, decorreu da tomada de consciência da gravidade da situação em que se encontram actualmente as crianças em muitos países.

De entre elas, a UNICEF considera sete grupos de alto risco, sobre os quais devem incidir especiais preocupações dos governos e das Organizações Não Governamentais (ONGs), uma vez que configuram situações que afectam o desenvolvimento da criança e do jovem, ou fazem mesmo perigar a sua existência física (FIG. 1):

2. GRUPOS INFANTO-JUVENIS DE ALTO RISCO

FIG. 1 - GRUPOS DE CRIANÇAS EM ALTO RISCO

- Crianças em estratégia de sobrevivência
- Crianças maltratadas e abandonadas
- Crianças institucionalizadas
- Crianças em conflito armado
- Crianças em desastres naturais e ecológicos
- Crianças com necessidades específicas
- Crianças de rua

Fonte: Espert, F.; Myers, W. (1988)

Como se vê, no actual quadro mundial, as crianças da rua são consideradas pela UNICEF, como **um dos sete grupos infantis de mais alto risco**.

O crescimento deste grupo, tem sido directamente proporcional ao crescimento canceroso das grandes cidades que, ... taxa de crescimento actual apresentar,,o, no ano 2000, valores próximos dos que se podem observar no quadro 1:

QUADRO 1 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DE ALGUMAS CIDADES NO ANO 2000

CIDADE	POP. (milhões)
Cidade do México	26.3
S. Paulo	24.0
Tóquio	17.1
Calcutá	16.6
Bombaim (grande)	16.0
N. York (grande)	15.5
Seul	13.2
Xangai	13.5
Rio de Janeiro	13.3
Delhi	13.3
Buenos Aires (grande)	13.2
Cairo (grande)	13.2
Jakarta	12.8
Bagdade	12.8
Teerão	12.7

Fonte: Somazzi, R; Imboden (1989), pag. 44

Segundo estimativas da UNICEF, cerca de **trinta dos oitenta milhões de crianças que s,,o obrigadas a trabalhar para sobreviver, vivem nas ruas das grandes cidades**, em virtude de haverem fugido de casa, de terem sido abandonadas, ou de terem ficado órfãs. (...) " A maioria , privada de cuidados com a saúde e educação e quase todas s,,o levadas a enfrentar a difícil escolha entre resistir ou aderir, ... violência, ao crime, ... prostituição e ao uso de drogas, que s,,o a realidade da vida da rua desde Lima e Rio de Janeiro até Bombaim, Lagos e Nova York"⁽¹⁾

A fim de melhor podermos caracterizar este grupo, vejamos o diagrama que se segue, em que se procuram caracterizar os principais subsistemas em jogo quando se fala desta realidade (fig. 2):

⁽¹⁾ Grant, J. (1991), *Situação mundial da infância-1991*, UNICEF, Brasília, pag.36

FIG. 2 - SUBSISTEMAS QUE INTERAGEM COM UMA CRIANÇA DA RUA

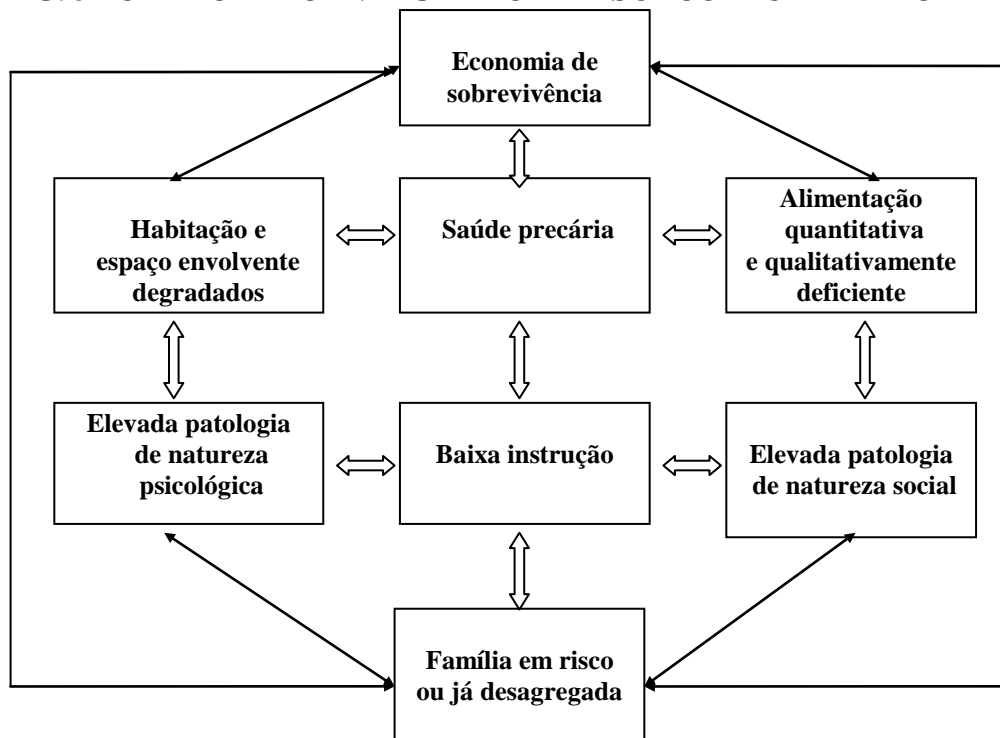
- Comunidade de residência
- Comunidade de fuga
- Rede de recursos
- Família
- Equipa de intervenção

3. O "CALDO DE CULTURA" DA CRIANÇA DA RUA

Para entender um pouco o comportamento da criança da rua, é importante apreender o "caldo de cultura" onde ela foi enculturada. Na gíria dos técnicos que trabalham com estas crianças designa-se essa zona de vizinhança onde a criança vivia quando foi para a rua⁽²⁾, por **comunidade de residência**.

A comunidade de residência de onde este tipo de criança é originário apresenta, frequentemente, padrões típicos de subcultura de pobreza, que se podem objectivar em oito diferentes situações (fig. 3):

FIG. 3 - UM MODELO INTEGRADOR DE SUBCULTURA DE POBREZA



⁽²⁾ O termo comunidade, aqui usado num sentido amplo. Em rigor, alguns destes agregados territoriais podem não ser comunidades no sentido usual que, dado ao conceito pelas ciências sociais.

-O primeiro aspecto caracterizador, é a economia de sobrevivência pela qual, os agregados familiares, quotidianamente, se confrontam com a necessidade de capturar rendimentos suficientes para sobreviver.³⁾

Esta situação, está associada a altos índices de desemprego ou de subemprego, a baixos salários e a baixos índices de produtividade. É comum nestes agregados urbanos, as pessoas utilizarem formas de crédito de emergência - como o recurso a casas de penhores e a agiotas locais - que, muitas vezes, as endividam ainda mais. Deste modo, a conquista da sobrevivência é o seu principal objectivo.

-A segunda característica das comunidades de residência liga-se à habitação: Com efeito, as zonas onde vivem são normalmente degradadas, como degradada , a habitação, sem condições para uma qualidade de vida socialmente aceitável. O exíguo espaço habitacional, cria condições de amontoamento e de falta de intimidade, empurrando objectivamente a criança para fora de casa.

-Outro quadro associado ...s comunidades de residência das crianças de rua, , a saúde precária, com altas taxas de **morbilidade** e maiores taxas de **mortalidade de menores de cinco anos** que as verificadas nas regiões circundantes.

-Directamente ligada à questão da saúde, regista-se com frequência que a população das comunidades de residência tem uma alimentação deficiente, quer do ponto de vista quantitativo quer qualitativo⁽⁴⁾. A este propósito Lewis, em várias das suas pesquisas, observava como traço típico das subculturas de pobreza, a ausência de despensas, uma vez que , comum não haver reservas alimentares em casa.

⁽⁴⁾ Sobre a questão da alimentação e da falta dela, continua a ser uma fonte de ensinamentos a abundante obra de Josu, de Castro, já clássica na bibliografia da Política Social. Vide, por ex. (1974), *Geopolítica da Fome*, Brasília Editora, Porto.

-Um quinto aspecto caracterizador , a presença de níveis de instrução e formação profissional extremamente baixos. Esta situação, como , óbvio, tem implicações imediatas sobre o rendimento familiar, e, mediatas, sobre a reprodução das situações de pobreza ⁽⁵⁾.

-Como resultado de todos estes factores, observam-se nestas comunidades índices elevados de patologia psicológica e de problemas sociais de comportamento desviado (alcoolismo, toxicoddependência, prostituição etc.).

Por outro lado, dada a violência do quotidiano, observam-se frequentemente comportamentos dominados mais pela emoção que pela razão, atitudes de medo e desconfiança face à autoridade, fatalismo e baixas aspirações.

Uma das características mais marcantes de quem é socializado numa cultura de pobreza, é a **permanente preocupação com o Presente**, que configura um quadro ameaçador, não havendo espaço para a criação de imagens de Futuro excepto através de fantasias ténues frequentemente desinseridas da realidade. Esta excessiva focagem no Presente leva por vezes a comportamentos consumistas, quando o dinheiro permite.

A par destes padrões de comportamento, observa-se que estas populações têm fracos índices de participação em várias actividades (vida sindical, vida partidária) e fracos índices de consumo médio.

-Decorrente de todos estes factores, numerosas famílias, das comunidades de residência das crianças da rua, vivem em alto risco de desagregação ou já desagregadas: O monoparentalismo e o casamento consensual são relativamente usuais, o que fragiliza fortemente o núcleo conjugal e a relação entre adultos e crianças, no interior da família nuclear.

⁽⁵⁾ Recentemente, Maria João Terraquente comprovou isto mesmo, observando uma quase nula mobilidade intergeracional numa amostra de famílias de crianças de rua, bem como a reprodução de padrões de cultura de pobreza: Terraquente, M. J., (1991) *Crianças da rua*, inédito, (relatório de estágio final da Lic. de política Social, ISCSP/UTL), Lisboa.

4. A ZONA DE FUGA

Todas estas características constituem um **quadro de factores repulsivos** que levam algumas crianças, a serem excluídas ou a se auto-excluírem das "comunidades de residência". **O processo de exclusão** pode ser **gradual ou abrupto** (fuga súbita, expulsão de casa).

No primeiro caso, a criança vai-se afastando progressivamente da família, passando cada vez mais tempo fora de casa, primeiro durante os seus tempos livres, depois ocupando mesmo o tempo em que deveria estar na escola. À medida que se vai desenraizando da comunidade de residência e da escola (ou do trabalho quando , mais velha), vai lançando âncoras emocionais no exterior, transformando-se naquilo que tem sido designado por criança na rua.

Seguidamente, poderá passar à condição de criança da rua, passando a trabalhar, sobreviver e dormir na rua, muitas vezes criando pequenas redes sociais de apoio constituídas por pares (outras crianças da rua) que vivem em zonas bem delimitadas.

Essas zonas, conhecidas por comunidades de fuga na gíria de algumas equipas de intervenção social, normalmente correspondem a antigas áreas residenciais relativamente degradadas, situadas na franja das zonas comerciais e administrativas do centro urbano, a que já a escola de Chicago, nos anos 20, havia apontado um elevado potencial de patogenia social.

Nelas, ganham a vida com pequenas actividades, efémeras, mal remuneradas e socialmente desvalorizadas (venda de pequenos objectos, ou oferta de serviços não qualificados).

Alguns, iniciam actividades socialmente condenadas como a prostituição, a passagem de droga, sendo alvos fáceis para a exploração de adultos pouco escrupulosos. Este comportamento de alguns, cria normalmente representações colectivas incorrectas sobre a criança da rua identificando-a como delinquente juvenil.

5. AS RESPOSTAS TRADICIONAIS

As consequências de tal erro têm sido dramáticas nalguns países como o Brasil, provocando a criação de esquadrões da morte que se têm encarregado, a soldo de cidadãos "respeitáveis", de eliminar fisicamente muitas crianças da rua.

Os recursos habituais dos sistemas de protecção social - nomeadamente as instituições de protecção à infância - não estão, normalmente, preparados para responder às necessidades destas crianças, que conquistaram precocemente a independência face ao mundo adulto de que têm más recordações. Daí que qualquer tentativa de lhes retirar essa independência seja normalmente votada ao fracasso.

6. OS PROJECTOS ALTERNATIVOS

É neste contexto que surgiram em vários países⁽⁶⁾, muitas vezes patrocinados pela UNICEF (vide bibliografia), projectos de apoio às crianças da rua. Na própria Europa do Mercado Comum, em que este problema se não reveste com a dramaticidade com que nas outras regiões se põe, recomeçou a preocupação com o apoio a este tipo de crianças, integrado no **Programa Pobreza 3** (1989-1994).

Integrado nesse Programa e sob o patrocínio do Instituto de Apoio à Criança, iniciou-se em 1989 em Portugal, um projecto intitulado "Trabalho de rua com crianças em risco ou em situação de marginalidade".

⁽⁶⁾ Na América Latina, por exemplo, existem projectos e associações em quase todos os países, que se instituíram em redes de pressão, apoiadas pela UNICEF, em defesa dos direitos das crianças em circunstâncias especialmente difíceis. Nas Filipinas, existe também um movimento poderoso com características semelhantes às do brasileiro. Noutros países, como em Angola, está a iniciar-se respostas alternativas.

Desde então, foram acompanhadas mais de trezentas crianças e adolescentes, cuja zona de fuga ficava compreendida entre os Largos do Intendente e do Cais do Sodré. As suas comunidades de residência apenas variam geograficamente, já que, do ponto de vista sociológico, se assemelham às que ainda há pouco descrevi.

Apesar dessas semelhanças, vale a pena apontar-vos uns dados colhidos recentemente^(*), que penso caracterizarem bastante bem as famílias das crianças da rua participantes no projecto:

- Quanto à **proveniência**, mais de 45% são oriundas de Cabo Verde. Se a este dado acrescentarmos mais 10% provenientes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e 30% de outras regiões do país, percebemos que, antes de mais, **grande parte das crianças da rua são filhas de estrangeiros ou nacionais que, de comum, têm o facto de serem imigrantes na cidade**, vivendo um choque cultural violento.
- **Lisboa utiliza-os**, porque deles precisa para tarefas socialmente desvalorizadas (ex: serventia da construção civil, limpeza do lixo e serviço doméstico), **mas não lhes dá condições suficientes para viver com uma qualidade de vida aceitável**: Quatro em cada cinco destas famílias não têm água canalizada nas suas casas; 60% não têm casa de banho e 70 % não possuem luz eléctrica; quase três quartos dos progenitores não chegaram a fazer a 4ª classe. 25% são mesmo analfabetos; cerca de 70 % deles, começou a trabalhar entre os 12 e os 18 anos, ajudando os seus pais com o seu magro salário ou com o apoio aos irmãos mais novos.
 - Com estas condições, o meio familiar é frágil, observando-se uma elevada taxa de monoparentalismo: Com efeito, 27 % destas crianças são provenientes de famílias monoparentais.

^(*) Terraquente, M. J., (1991), op. cit.

É, portanto, com crianças cujas famílias a cidade já marginalizou, que o projecto do IAC tem trabalhado. As suas equipas de intervenção assentam na figura do **animador de rua**, que tem como primeiro objectivo estabelecer uma relação fraternal com a criança, através da qual se vai posicionar como referência emocionalmente securizante.

Até se chegar a uma relação estável demora-se sempre algum tempo, devendo **respeitar-se o ritmo da criança**, as suas desconfianças, suspeitas e frequentemente mentiras, como formas de defesa perante uma pessoa desconhecida que ela considera potencialmente ameaçadora. Pouco a pouco, o animador torna-se útil, quer como companheiro de lazer, quer como ouvinte atento e não crítico.

Uma vez estabelecidos laços, o animador tem como missão **ajudar a criança a construir um projecto de vida**: Ora como se depreende do que atrás referi, nesta fase ele vai-se confrontar com uma segunda dificuldade: a criança (e o adolescente) da rua, tão competentes para desenvolverem estratégias de sobrevivência no Presente, revelam, muitas vezes, sérias dificuldades em equacionar o Futuro. Também aqui o animador não pode cair na tentação da manipulação: Qualquer tentativa desse género, iria provocar uma regressão séria na relação entretanto estabelecida, gerando antigos medos e desconfianças.

Basicamente, o seu projecto de vida leva-o a **problematizar a questão da família, da escola e do trabalho** donde fugiu ou foi expulso.

O papel do animador, discretamente apoiado por uma equipa técnica que desenvolve um trabalho de retaguarda, , de ajudar a definir objectivos viáveis e de contribuir para que essas pequenas metas sejam atingidas com êxito.

Por exemplo, se a criança decide voltar para casa, para a escola ou para o trabalho, enquanto o animador a vai ajudando a "prever" as dificuldades com que vai ser confrontada e a planear um modo de as ultrapassar, a equipa técnica, tem de desempenhar a importante tarefa de preparar a família, o professor ou o patrão, para receber aquela

criança, quer no que respeita á sua aceitação e estratégias de apoio, quer no que concerne à criação de condições básicas que permitam que não se repitam as situações que levaram à fuga. Ora, neste ponto, as equipas confrontam-se com barreiras sociais muito difíceis de transpor, uma vez que as condições de vida na comunidade de residência não se alteraram, apesar de se ter podido intervir ao nível familiar^(*).

7. HIPÓTESES DE CONVERGÊNCIA

É determinante que a comunidade urbana, como um todo orgânico, desenvolva esforços, em quatro diferentes sentidos:

- Em primeiro lugar, , fundamental proceder a uma profunda mudança de atitudes relativamente à criança e aos seus direitos. Em Portugal, por exemplo, alguns resultados da investigação recente sobre crianças maltratadas e negligenciadas, do Centro de Estudos Judiciários são significativos:

- - É dominante a opinião de que os pais têm o direito de bater nos filhos desde que não exagerem. Isto faz com que a criança muitas vezes tenha de recorrer à fuga, quando uma simples queixa de um vizinho poderia ter desencadeado uma medida de protecção judicial.
- - A maior percentagem de maus tratos conhecidos, incide sobre crianças com idades entre os 6 e os 14 anos, e reveste-se da forma de espancamentos, queimaduras, privação de medidas de higiene, de alimentação, desencadeados por familiares próximos.
- - As famílias maltratantes são em regra, mais numerosas, mais pobres, menos instruídas, do sector primário ou operário. Bastantes são monoparentais.

^(*) Numa recente pesquisa feita sobre as famílias das crianças da rua apoiadas pelo projecto do IAC, ficou demonstrado o efeito positivo do trabalho das equipas de intervenção sobre as atitudes e comportamentos dos progenitores face ao menor. Mas também ficou claro, que as famílias continuam a viver nas condições infra-humanas acima descritas. Cfr. Barata, Ana Teresa (1992), *Projecto "Trabalho de rua com crianças em situação de risco ou em marginalidade", Processo avaliativo da evolução da situação das famílias dos menores acompanhados*, in, dito, (relatório de estágio final da Lic. de política Social, ISCSP/UTL), Lisboa.

Grande parte dos maus tratos perpetrados sobre as crianças poderiam ser evitados se os adultos que os testemunham não assumissem comportamentos cúmplices.

- Em segundo lugar, é imperativo concentrar os recursos urbanos possíveis **na melhoria da qualidade de vida da família e das comunidades de residência**, no sentido de melhorar as condições para fixar as suas crianças sem que estas tenham de recorrer à fuga.

- Em terceiro lugar, é importante que as autoridades urbanas e os próprios cidadãos organizados, **invistam nas zonas de fuga**, de modo que estas venham a ter, melhores condições para acolher temporariamente as crianças em fuga sem que estas tenham de recorrer a comportamentos desviados.

- Em quarto lugar, há que criar mais recursos de acolhimento e acompanhamento para crianças da rua e instituir no terreno padrões de coordenação entre os serviços existentes (informação recíproca, colaboração no acompanhamento de crianças da rua). Nomeadamente, é indispensável, fazer nascer outros projectos semelhantes ao do Instituto de Apoio à Criança, aproveitando a experiência deste, que poderia prestar aos novos projectos, serviços de formação e consultadoria.

Termino, fazendo votos para que a Sabedoria e a Solidariedade da CIDADE prevaleça sobre a insensatez e o egoísmo.

Se assim não acontecer, restar-nos-á sentar, alegre e masoquistamente, no barril de pólvora em que esta cidade se transformará, à espera que se desencadeiem as inevitáveis explosões sociais.

BIBLIOGRAFIA

- Barata, Ana Teresa (1992), *Projecto "Trabalho de rua com crianças em situação de risco ou em marginalidade", Processo avaliativo da evolução da situação das famílias dos menores acompanhados*, in, dito, (relatório de estágio final da Lic. de Política Social, ISCSP/UTL), Lisboa.
- Costa, A. (1990), *Aventura pedagógica - Caminhos e descaminhos de uma acção educativa*, UNICEF, Bogotá
- Espert, F., (1987), *Abertura e humanização institucional (Alternativas para crianças e adolescentes internos em internatos, orfanatos, reformatórios, presídios juvenis e institutos congêneres)*, UNICEF, Bogotá
- Espert, F.; Myers, W. (1988), *Análises de situação - crianças em circunstâncias especialmente difíceis - 1988/91*, UNICEF, Bogotá
- Espinola, B.; Glauser, B.; Ortiz, R.; Carrizosa, S., (1989), *Na rua - crianças trabalhadoras de rua em Assunção*, UNICEF, Bogotá
- Freire, Paulo (1989), *Educadores de rua*, UNICEF, Bogotá
- Grant, J. (1991), *Situação mundial da infância - 1991*, UNICEF, Brasília
- Grant, J. (1992), *Situação mundial da infância - 1992*, UNICEF, Brasília
- Grant, J. (1993), *Situação mundial da infância - 1993*, UNICEF, Brasília
- Lewis, O. (1969), *A cultura da pobreza*, in Vários (1969), *III guerra mundial - o homem contra a pobreza*, Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, pp 353-368
- Martin, R; Richter, J.; Rodriguez, B.; Ruiz Martin, J., (1989), *A casa da criança trabalhadora - uma alternativa para o atendimento não convencional da criança trabalhadora*, UNICEF, Bogotá
- Morales, G (1990), *Ser criança na Colômbia - Elementos de sociologia da infância - crianças em circunstâncias especialmente difíceis*, UNICEF, Bogotá
- Somazzi, R; Imboden (1989), *Who are the street children? - A teaching kit for 10 to 17 year old students based on TOMBO, a UNICEF educational game*, UNICEF, Zurich
- Terraquente, M. J., (1991) *Crianças da rua*, in, dito, (relatório de estágio final da Lic. de Política Social, ISCSP/UTL), Lisboa.
- Vários (1987), *Ação Guambra - programa não convencional de atendimento ... criança da rua - Equador*, UNICEF, Bogotá
- Vários (1989) *Novas alternativas para o atendimento para a criança da e na rua de México*, UNICEF (2ª ed.), Bogotá
- Vários, (1990), *Guia metodológico para a avaliação de projectos de assistência a crianças em circunstâncias especialmente difíceis (crianças trabalhadoras e de rua)*, UNICEF, Bogotá
- Vários, (1990), *Guia metodológico para a análise de situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis*, UNICEF, Bogotá
- Vários (1989), *Lineamentos para a aplicação do guia metodológico para a análise de situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis*, UNICEF, Bogotá
- Vários, (1990), *L'Action du CISOL avec les enfants travailleurs dans la ville de Loja*, UNICEF, Bogotá .

Hermano Carmo